

Gramsci e o “problema da tradutibilidade” na filosofia da práxis

ADILSON AQUINO SILVEIRA JÚNIOR*

Introdução

O problema da “tradutibilidade” é tratado por Gramsci sobretudo no âmbito das notas carcerárias que receberam o título de *Introdução ao estudo da filosofia*, no *Caderno II* (1932-1933). As dificuldades na apropriação teórica da questão da “tradutibilidade” em Gramsci não são muito diferentes daquelas com que se debate qualquer pesquisador dos *Cadernos*: a remissão reiterativa a elaborações teóricas e a contextos históricos pouco abordados pela literatura brasileira – mormente aos pensadores italianos e às conjunturas socioeconômicas e políticas italianas; o caráter fragmentário e, em muitos momentos, assistemático das anotações; a natureza provisória, “pró-memória” e incompleta de grande parte dos estratos. Tais inconvenientes – que demandam, por si mesmos, o recurso farto a fontes secundárias, prudência, cautela e um diálogo paciente com a obra – são acentuados no caso do tema ora tratado: muitas notas em torno da “tradutibilidade” são colocadas para desenvolvimentos futuros (não retomados), algumas passagens encontram-se dispersas em diversos *Cadernos*, outras alusões aparecem mesmo nos escritos pré-carcerários. Acrescente-se a isso o número residual de investigações sistemáticas registradas na literatura internacional sobre a questão; e as, mais parcas ainda, incursões teóricas entre os intelectuais brasileiros.¹

* Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: j_r1987@hotmail.com.

¹ Quanto à literatura internacional, são interlocutores importantes sobre o tema: Lo Piparo (2010, 2008, 1979), Ives (2004), Ives e Lacorte (2010), Boothman (2004). Essas análises, que são mais sistemáticas, frequentemente estão balizadas pela área de conhecimento da linguística. No Brasil,

Embora nos pareçam discutíveis as hipóteses de Franco Lo Piparo sobre a origem das principais formulações contidas nos *Cadernos*,² um dado biográfico por ele enfatizado auxilia a entender como algumas experiências próprias de Gramsci, no curso da sua (relativamente) curta e intensa existência, provavelmente tenham suscitado a escolha pelo termo “tradutibilidade” como chave heurística, a partir da qual poderiam ser desenvolvidos aspectos teórico-metodológicos e práticos fundamentais da filosofia da práxis (diga-se, do marxismo). Segundo Lo Piparo, aquele começa a vida intelectual como linguista e conclui sua atividade teórica como autor de um breve, embora denso, estudo da língua.³ Conquanto esse dado seja significativo, ao mesmo tempo é possível acrescentar diversas outras circunstâncias que impelem e fornecem sentido vivo à escolha e utilização da expressão figurada da “tradução”.⁴ São muito numerosos e distintos os condicionamentos encontrados, nos quais a *atividade de tradução* se impõe de um modo explícito ou subjacente a Gramsci: o cotidiano numa Itália recentemente unificada, habitada por uma miríade de dialetos e uma escassa difusão do idioma oficial; as exigências do intenso intercâmbio político com os movimentos comunistas estrangeiros; as requisições de apreensão e difusão, na militância e atividade jornalística, da literatura socialista internacional, com modesta expressão em língua italiana; a necessidade, durante a reclusão, de empregar em termos cifrados boa parte do vocabulário marxista (e leninista), em face da censura imposta; a recorrência, também no cárcere, aos exercícios de tradução como estratégia para se ocupar e suportar o isolamento forçado.⁵ Em todo caso, veremos que a *questão da tradução* assume dimensão e sentido mais amplos nas reflexões gramscianas.

A “tradutibilidade” é encarada nos *Cadernos*, fundamentalmente, seguindo duas vias que possuem uma evidente relação orgânica: de uma parte, como um “princípio crítico” ou “elemento crítico” inerente à *filosofia da práxis*, um “cânone

alguns trabalhos de menor fôlego em torno da “tradutibilidade” foram publicados por Reis (2007), Góes (2011), Passos (2013), Lacorte et. al. (2013).

- 2 Esse linguista italiano sustenta que Gramsci amadureceu a teoria dos intelectuais, da hegemonia, da sociedade civil etc., no curso dos seus interesses profissionais pela linguagem. Assim, a matriz primitiva de suas elaborações não deveria ser buscada em Marx, Engels ou Lênin, mas na ciência da linguagem – ver Lo Piparo (2010, 2008).
- 3 Em novembro de 1911, Gramsci se matricula em Filologia Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Turim. Seus primeiros interesses teóricos foram precisamente em glotologia (ciência que estuda comparativamente as diversas línguas), com o professor Matteo Bartoli – ver Fiori (1979). E suas últimas notas da prisão preencheram o *Caderno 29* (1935), *Notas para uma introdução ao estudo da gramática*.
- 4 Esse caso pode ser tratado como metáfora, apenas de modo coloquial, como sinônimo de figurados, portanto num uso impreciso. A partir de Mészáros (2008) verificamos que se trata, especificamente, da introdução de expressões figuradas no discurso normativo, cujo papel que cumpre de *síntese intuitiva antecipatória* é bastante fecundo e didático, embora necessariamente temporário e inconcluso, enquanto síntese discursiva.
- 5 Todas as situações biográficas a que fazemos alusão estão registradas em Fiori (1979), Lepre (2001), Gerrata (1999), Coutinho (2011).

de investigação histórica”;⁶ de outra, como um “critério de intervenção prática” ou “critério empírico da arte política”, também intrínseco à práxis socialista revolucionária. O enquadramento aproximativo desse problema assume ramificações múltiplas nas duas vias referidas (comportando, ainda, diversas modalidades de interação), das quais explicitamos sinteticamente aquelas que se apresentam centrais nos escritos analisados.

Um “princípio crítico” da *filosofia da práxis*

A “tradutibilidade” enquanto “princípio crítico” da *filosofia da práxis* significa, numa primeira aproximação, que “duas estruturas fundamentalmente similares tem superestruturas correspondentes e reciprocamente traduzíveis, qualquer que seja sua linguagem particular nacional” (Gramsci, 2011a, p.190). A assertiva remete-nos a expressões ou momentos dessas superestruturas, relativos à produção política, cultural ou filosófica etc., que conservam uma equivalência relativa. O exemplo repetido nos *Cadernos* aponta a “tradução” da “linguagem” jurídico-política da França para os termos filosóficos e teóricos da Alemanha, surgidos no seio de determinados quadros políticos e intelectuais durante finais do século XVIII e início do XIX.

Não obstante Gramsci mobilize um conjunto de referenciais distintos, é num estrato d’*A sagrada família* (Marx e Engels, 2003) que ele encontra *implícita* a colocação do “vasto e profundo problema” da “tradutibilidade”.⁷ Consiste numa passagem importante, elaborada por Marx na seção destinada à crítica ao artigo *Proudhon* de Edgar Bauer, publicado no *Jornal Literário Geral*. Nele o pensador neo-hegeliano explicita sua análise do livro *O que é a propriedade?*, do filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon – que proporcionou grande controvérsia ao ser publicada, pelos ataques desferidos à propriedade privada. A contenda marxiana contra o artigo de Bauer é destinada, concomitantemente, à forma e ao conteúdo: o autor do texto *Proudhon* incorre numa “tradução caracterizadora” (linguisticamente grosseira e teoricamente desviada) da versão original daquela obra para o alemão. À errônea tradução do francês para o alemão corresponde a degeneração da “linguagem política e realista” francesa, enquadrada por concepções neo-hegelianas originárias da Alemanha. A necessidade de restringir o trabalho de Proudhon

6 É supérfluo insistir, nesse momento, nos desenvolvimentos subjacentes acerca da relação orgânica entre ontologia e método na concepção de Marx e Engels, sobre a qual Gramsci se apoia essencialmente para aprofundar o “problema da tradutibilidade”. Sabemos que a avaliação da congruência entre as notas dos *Cadernos* e o tratamento das questões metodológicas em Marx não é consensual, mesmo entre os próprios gramscianos – ver a interpretação de Coutinho (2011, 1999). Nossa posição é contrária às leituras que sugerem uma cisão fundamental entre a abordagem de ambos: ainda que se considere a particularidade dos temas, objetos e das condições de trabalho intelectual, das épocas históricas e culturas nacionais em que cada autor estava inserido, não existe uma ruptura no tratamento dos problemas metodológicos na obra de Gramsci em relação à de Marx; pelo contrário, Gramsci se apropria, dá continuidade e desenvolve as concepções de Marx em suas elaborações. A esse respeito, conferir Martins (2008) e Bianchi (2008).

7 Também informa, embora não forneça citações, que na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* Marx (2010) alude ao problema em questão.

nos marcos da perspectiva própria do idealismo condiciona uma tradução que, igualmente, resulta distorcida e equívoca, conveniente aos limites especulativos da “crítica crítica” de Bauer e consortes. Nesse ínterim, Marx explicita a “tradutibilidade” recíproca entre a linguagem político-jurídica da França jacobina e os termos filosóficos da Alemanha idealista-hegeliana, próprios da época da Revolução Francesa, ignorada por Edgar Bauer:

Se o senhor Edgar se detivesse um momento que fosse em comparar a *igualdade* francesa com a autoconsciência alemã, haveria de se dar conta de que o segundo princípio expressa em *alemão*, quer dizer, no plano do pensamento abstrato, aquilo que o primeiro expressa em *francês*, quer dizer, na língua da política e da visão pensante. A autoconsciência é a igualdade do homem consigo mesmo no pensamento puro. A igualdade é a consciência do homem a respeito de si mesmo no elemento da práxis, quer dizer, portanto, a consciência do homem a respeito do outro homem como seu igual e o comportamento do homem em relação ao outro homem como seu igual. (Marx e Engels, 2003, p.51)

Mas essa correspondência não se manteve limitada aos revolucionários franceses em relação a Hegel. Marx acrescenta: o mesmo ocorre entre Proudhon e os neo-hegelianos. Antes do importante passo dado por Feuerbach com a “inversão” da filosofia de Hegel em direção ao “homem real”, a “crítica crítica” na Alemanha, com Bauer e consortes, “tratava de dissolver tudo o que era determinado e existente através do princípio da *autoconsciência*”, do mesmo modo como a crítica proudhoniana na França operava igual dissolução pela via do “princípio da igualdade” (Marx e Engels, 2003, p.51). Destarte, justamente como ocorre com a *autoconsciência* de Bauer, que acaba por produzir a autoalienação religiosa, a *igualdade* em Proudhon se aliena a si mesma na propriedade privada e nas mazelas sociais decorrentes: “é natural, com a diferença de que ele fala francês e nós falamos alemão, que ele, por isso, expresse de um modo francês o que nós expressamos de um modo alemão” (Marx e Engels, 2003, p.53).

Embora postulem essa equivalência, os autores de *A sagrada família* estão longe de menosprezar as diferenças substanciais entre a obra de Proudhon e os artigos do *Jornal Literário Geral*. Mesmo com seus limites, o filósofo francês é um proletário e escreve no interesse dos proletários; sua obra é “um manifesto científico do proletariado francês e por isso tem um significado histórico bem diferente da obra artificial de um crítico crítico qualquer” (Marx e Engels, 2003, p.54). Para Marx e Engels, Proudhon se distancia de todo objetivo abstratamente científico, impondo, com efeito, exigências práticas de mudança social, ainda que limitadas às contradições colocadas pela propriedade privada. A “crítica crítica”, de seu lado, busca incutir no “modo de *pensar* dos trabalhadores” que eles, diferentemente, podem superar o capital real através do mero domínio da categoria do capital no plano restrito do pensamento e da consciência abstrata, “desprezando toda a mudança *real* de sua existência, quer dizer, das condições reais de sua existência

[...]” (Marx e Engels, 2003, p.66). A literatura do socialista francês é mais realista do que os requisitos e limites especulativos então presentes na Alemanha. Nesses termos, os casos de “tradução” recíproca são sempre *relativos*; os momentos de distinção entre os paralelos levantados são tão importantes e elucidativos quanto os pontos de unidade e correspondência assumidos.

A “tradução” recíproca daquelas linguagens filosóficas e políticas particulares apenas é sustentada em face de *pressupostos históricos* específicos:

A tradutibilidade pressupõe que uma determinada fase da civilização tenha uma expressão cultural “fundamentalmente” idêntica, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa, diversidade determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico, do predomínio de uma atividade intelectual ou prática etc. (Gramsci, 2011a, p.185).

A equivalência mútua (embora *relativa*) entre superestruturas emergentes em espaços nacionais diversos sustenta-se nas seguintes circunstâncias: os problemas colocados pelo desenvolvimento socioeconômico em formações sociais particulares (sejam sincrônicas, sejam emergentes em épocas distintas) não são, evidentemente, idênticos; entretanto, a depender da proximidade na constituição e dinâmica fundamentais das relações de forças sociais em cada caso (ou seu grau de inserção numa mesma civilização), as respostas culturais, políticas etc. particulares encontradas pelos homens para solucioná-los podem alcançar um nível de correspondência, daí a viabilidade de “traduzi-las” reciprocamente.⁸ Segundo essa definição:

duas culturas nacionais, expressões de civilizações fundamentalmente similares, acreditam ser diferentes, opostas, antagônicas, uma superior a outra, pelo fato de empregarem linguagens de tradição diferente, formadas com base em atividades características e particulares a cada uma delas: linguagem político-jurídica na França, linguagem filosófica, doutrinária, teórica na Alemanha. *Para o historiador, em realidade, essas civilizações são traduzíveis reciprocamente, redutíveis uma a outra.* Essa tradutibilidade, por certo, não é “perfeita” em todos os detalhes, até mesmo importantes [...] mas o é em seu “fundo” essencial. (Gramsci, 2011a, p.187)⁹

8 E isso pela razão seguinte: “o progresso real da civilização ocorre graças à colaboração de todos os povos, graças a ‘impulsos’ nacionais, mas tais impulsos quase sempre dizem respeito a determinadas atividades culturais ou grupos de problemas” (Gramsci, 2011a, p.187). Aqui, não é apenas sobre o passado e o presente do mundo capitalista que Gramsci busca lançar luz, mas sobre o futuro, ou seja, sobre como os avanços de Estados nacionais específicos no campo da revolução comunista podem impulsionar e colaborar com o mesmo avanço em outras latitudes.

9 No *Caderno 19* (1934-1935) *Risorgimento italiano*, o autor volta a mencionar o paralelo entre os jacobinos e a filosofia clássica alemã, citando a *Sagrada Família* – ver Gramsci (2002, p.80). No *Caderno 15* (1933) *Miscelânea*, outra nota sobre a *Tradutibilidade das diversas línguas nacionais* é apresentada, avaliando a correspondência entre a civilização grega e a latina, no tocante à importância das mesmas para o Humanismo e o Renascimento – ver Gramsci (2002, p.333).

As notas dos *Cadernos* advertem – tanto nas remissões explícitas, quanto naquelas mais ou menos alusivas – que seu autor estava buscando sistematizar, partindo do problema da “tradutibilidade”, alguns dos elementos centrais da *filosofia da práxis*. Segundo os pontos em análise e o trecho d’*A sagrada família* acima referidos (adiante outros exemplos serão extraídos do mesmo texto), podemos afirmar que são reiterados os momentos nos quais encontramos subjacente o mencionado “princípio crítico” na herança teórica de Marx e Engels,¹⁰ assim como no interior da tradição marxista mesma – além, evidentemente, das situações em que o próprio Gramsci opera com tal “elemento crítico” nas suas investigações.

A “tradutibilidade” possui, ainda, outro importante desdobramento. Podemos assim sintetizá-lo: numa mesma formação social emergem múltiplas e multiformes atividades e objetivações humanas (econômicas, políticas ou culturais) com especificidades e legalidades próprias, mas com um horizonte socioeconômico comum (em algum grau) com o qual é necessário interagir, e sob o qual se erigem, viabilizando um nível de correspondência expresso na sua “tradutibilidade” recíproca. Esse eixo do problema (ainda que explicitamente colocado com indicações para maiores desenvolvimentos) é posto numa nota do *Caderno II*, redigida sob o título “Filosofia – Política – Economia”:

Se essas três atividades [filosofia, política e economia] são os elementos constitutivos de uma mesma concepção do mundo, deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma na outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de cada elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, formam um círculo homogêneo. (Gramsci, 2011a, p.209)

Não é preciso grande esforço para constatar que nesse terreno opera um “critério de análise histórica” ou “crítica ontológica” que é próprio e medular da *filosofia da práxis*: apreender as objetivações jurídico-políticas e filosóficas na sua correspondência em relação às necessidades do desenvolvimento socioeconômico e da luta de classes. Entendamo-nos: no universo intrínseco de uma formação social, os diversos campos da atividade humana através dos quais são articuladas respostas particulares às crescentes necessidades e contradições socioeconômicas também comportam uma qualidade de “tradutibilidade” (tendo em vista as questões fundamentais que compartilham e buscam solucionar). E esta ocorre entre as objetivações específicas através das quais operam aquelas respostas sociais. Assim, “traduzem-se” em “linguagem” política determinadas alterações na esfera produtiva, mudanças laborais fundamentais em “linguagem” filosófica etc.

A “tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas” supõe a unidade da realidade histórico-social: unidade, com efeito, contraditória, uma síntese de complexos sociais cuja autonomia relativa não elide nem seu caráter de síntese concreta, nem a atuação dos mesmos como “determinantes determinados” (Mészáros,

10 No caso de Engels, alguns interessantes exemplos – que não podemos pormenorizar nesse espaço – podem ser extraídos da sua análise histórica em *As guerras camponesas na Alemanha* (Engels, 2010).

2008). Ainda muito cedo no curso de suas investigações, Marx e Engels (2007) já haviam mencionado: “conhecemos uma única ciência, a ciência da história” (p.77). E acrescentavam que, embora o exame da história pudesse ser operado de dois lados (dividida em história da natureza e história dos homens), estes não deviam ser, todavia, separados: “enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente [...]”; “Não há história da política, do direito, da ciência etc., da arte, da religião etc.” (Marx e Engels, 2007, p.77), todos esses campos precisam ser investigados como momentos complexos integrantes de um todo coerente. Igualmente, para Gramsci, a *filosofia da práxis* pode ser caracterizada como uma “teoria da história”, mas tão somente quando se considera a impossibilidade de “destacar da história a política e a economia, mesmo em suas fases especializadas, de ciência e arte da política e de ciência e política econômica” (Gramsci, 2011a, p.166).

O suposto inerente na formulação gramsciana informa, em suma, que a realidade sócio-histórica é uma totalidade altamente complexa em contínuo movimento. Não casualmente, quando busca definir uma das qualidades do intelectual, o “essencial dom do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico” (Gramsci, 2011b, p.206), que demanda “traduzir um mundo cultural na linguagem de outro mundo cultural”, Gramsci insiste precisamente nesse ponto: a função de “tradutor” (diga-se: intelectual) requisita a capacidade de “encontrar as semelhanças mesmo onde elas parecem não existir, e saber descobrir as diferenças mesmo onde parecem existir apenas semelhanças etc.” (Gramsci, 2011b, p.240). Trata-se de “descobrir a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade” (Gramsci, 2011b, p.206).¹¹

Encarando a “tradutibilidade” *Filosofia – Política – Economia*, os exemplos que podemos extrair da obra de Marx e Engels são abundantes, desde – para citarmos os momentos mais elucidativos e conhecidos, sobretudo da herança marxiana – a crítica a Hegel (*Crítica à filosofia do direito de Hegel*), passando pela querela contra os neo-hegelianos e Feuerbach (*A sagrada família, Sobre a questão judaica, Ideologia Alemã*) e a polêmica com Proudhon (*Miséria da filosofia*), até análises sobre o movimento do capital, a partir da apropriação e superação de Adam Smith, David Ricardo etc. e refutação dos “espadachins mercenários” da economia vulgar (*Grundrisse e O capital*) – além das menos conhecidas apreciações ou notas sobre arte e literatura.¹² Em resumo, todas essas incursões são caracterizadas pela busca

11 Gramsci repete novamente essa fórmula identificando-a como “fundamento de toda atividade crítica” no *Caderno 23* (1934) *Crítica literária* – conf. Gramsci (2011c, p.69). Numa carta à companheira Júlia, de 5 de setembro de 1932, busca determinar qual o papel do tradutor, em sentido literal: “um tradutor qualificado deve ser capaz não só de traduzir literalmente, mas de traduzir os termos, inclusive conceituais, de uma determinada cultura nacional nos termos de uma outra cultura nacional, isto é, esse tipo de tradutor deve conhecer criticamente duas civilizações e ser capaz de fazer com que uma conheça a outra, servindo-se da linguagem historicamente determinada daquela civilização à qual fornece o material informativo” (Gramsci, 2005, p. 237-238).

12 Encontramos uma boa antologia dessas notas em Marx e Engels (1974).

da correspondência recíproca entre as construções espírito-intelectuais em causa e as determinações e condicionamentos derivados das esferas socioeconômicas e das lutas políticas. Com efeito, nas motivações mesmas que impulsionaram esses trabalhos teóricos, encontra-se o fato de os adversários envolvidos assumirem importância ideológica e política nas lutas sociais enfrentadas em cada situação histórica específica.

Destarte, sob a rubrica da “tradutibilidade das linguagens científicas” também se encontra o entendimento de que “a filosofia da práxis concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elemento de ‘hegemonia’ política” (Gramsci, 2011a, p.315). Não precisamos insistir demasiado nesse ponto. Do mesmo modo, é supérfluo asseverar que as notas dos *Cadernos* são medularmente construídas a partir desse “cânone empírico de investigação histórica”. Os exemplos são numerosos. Basta mencionar como Gramsci encontra a “tradução” da teoria da historiografia da Itália e da Europa elaborada por Croce, na empreitada intelectual de influenciar um movimento político de um período de transformações históricas, caracterizado como *revolução passiva*. Ou como “traduz” a concepção mutilada da dialética hegeliana contida na história do *Risorgimento* de Vincenzo Gioberti, na posição política moderada que o mesmo assumia (e buscava difundir) durante a unificação italiana.¹³ Em outra linha, é muito fecundo o paralelo traçado entre, de um lado, *o momento especulativo da cultura* de uma sociedade e, de outro, o estágio de *desagregação da hegemonia real da classe* (que cria aquela cultura) em relação a sua base socioeconômica. Para Gramsci, o sistema de pensamento é readequado pela classe em questão, na medida em que ela reage à desagregação da sua base socioeconômica, aperfeiçoando-se dogmaticamente, tornando-se “fé” transcendental. Toda época de decadência caracteriza-se por um pensamento refinado e altamente especulativo, adequado às necessidades de dominação de uma classe órfã dos fundamentos estruturais que poderiam sustentar sua hegemonia em relação ao conjunto do corpo social. Em todos os casos, a crítica “deve traduzir a especulação em seus termos reais de ideologia política, de instrumento de ação prática” (Gramsci, 2011a, p.199).

Devemos, mesmo que sumariamente, apresentar as expressões teóricas dessa ramificação da “tradutibilidade” naquele texto de Marx e Engels (2003) colocado como referência principal para discussão, isto é, *A sagrada família*.¹⁴ Nesta, o

13 Tal crítica é formulada a partir de um suposto que Gramsci introduz sob a rubrica da “tradutibilidade”: o fato de que podemos encontrar as concepções políticas de um intelectual naquelas elaborações não diretamente destinadas a análises políticas, e vice-versa. Isto é: “Pode ocorrer que uma grande personalidade expresse o seu pensamento mais fecundo não no local que aparentemente deveria ser o mais ‘lógico’, do ponto de vista classificatório externo, mas em outra parte que aparentemente pode ser julgada estranha. Um político escreve sobre filosofia: pode se dar o caso de que a sua ‘verdadeira’ filosofia deva ser buscada, antes que nos livros filosóficos, em seus escritos de política” (Gramsci, 2011a, p.209).

14 Com um rápido retorno a esse texto, pretendemos tão somente explicitar as fontes principais da formulação gramsciana e, com isso, tornar mais clara a orientação e o conteúdo que suas notas estabeleciam ao problema da “tradutibilidade”.

escrito de Proudhon *O que é a propriedade?* possui o mesmo significado para a economia política moderna que o escrito de Joseph Sieyès *O que é o terceiro Estado?* tem para a política moderna (2003, p.44). Ou, nos termos apropriados por Gramsci, o último “traduz” para a “linguagem” da política e ciência política o que o primeiro apresenta através do “idioma” da economia política.

Numa passagem do *Caderno 10* (1932-1935), *A filosofia de Benedetto Croce*, Gramsci recomenda que as notas escritas sob a rubrica *Tradutibilidade das linguagens científicas* devam ser incorporadas precisamente num tema geral, o das “relações das filosofias especulativas com a filosofia da práxis e da redução delas a esta como momento político que a filosofia da práxis explica ‘politicamente’. Redução à ‘política’, a momento da vida histórico-política, de todas as filosofias especulativas” (Gramsci, 2011a, p.315). Um tratamento, ainda que abreviado, do conjunto de questões que podem ser detectadas nos *Cadernos*, a partir desse tema geral, nos afastaria largamente dos elementos mais particulares da “tradutibilidade”. De modo que, embora devamos insistir na existência das múltiplas conexões analíticas suscitadas pelo mesmo, não podemos deslindá-las.

Observemos somente que aquele tema geral referido sugere o movimento de supressão (*aufhebung*) da filosofia da práxis em relação ao idealismo hegeliano.¹⁵ A “linguagem” especulativa foi “traduzida em linguagem” historicista, cuja principal expressão sintética talvez esteja contida na famosa passagem do *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas em circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2008, p.207). Ou na frase concisa da *Ideologia alemã*, “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias” (Marx e Engels, 2007, p.43). A relação de determinação recíproca entre estrutura social e superestrutura, economia e política, constitui um dos pontos fulcrais da “teoria das superestruturas” no interior da *filosofia da práxis*, a “tradução” da concepção subjetiva da realidade em termos de historicismo realista: “A filosofia da práxis ‘absorve’ a concepção subjetiva da realidade (o idealismo) na teoria das superestruturas; absorve-o e o explica historicamente, isto é, ‘supera-o’ e o reduz a um seu ‘momento’” (Gramsci, 2011a, p.315).¹⁶

Um “critério de intervenção prática” do socialismo revolucionário

Voltemo-nos, agora, para a “tradutibilidade” enquanto um “critério de intervenção prática” ou “critério empírico da arte política”. As preocupações de Gramsci nesse aspecto parecem orientar-se para os vários problemas que envolvem a

15 Diversas passagens do *Caderno 10* reiteram essa definição – ver Gramsci (2011a, p.294, p.303, p.315, p.317, p.341).

16 O autor dos *Cadernos* acrescenta que a filosofia de Croce seria igualmente uma “retradução”, para a linguagem especulativa, do historicismo realista, operando uma regressão dos avanços da filosofia da práxis no sentido do pensamento idealista – ver Gramsci (2011a, p.341).

conversão recíproca entre teoria e prática. Eles adquirem toda sua significação face aos desafios enfrentados pelo movimento comunista internacional com a ebulição proletária mundial na entrada do “breve e extremado século XX”. Ou seja, frente àquela “onda de revolução [que] varreu o globo nos dois anos após Outubro” (Hobsbawm, 1995, p.71) e a sequência das suas derrotas iniciais em algumas principais experiências: a revolução alemã com os spartaquistas (1918-1919), o biênio vermelho na Itália (1919-1920), a República Soviética húngara (março-maio de 1919), a República Soviética da Baviera (abril-maio de 1919).¹⁷

O que provocara mais diretamente os esforços intelectuais e políticos de Gramsci era uma necessidade manifesta naqueles eventos: encontrar o modo pelo qual poderia ser “*traduzido historicamente*, na realidade experimental, a fórmula marxista da ditadura do proletariado” (Gramsci, 2004a, p.241). Mas esse caminho havia sido descoberto com os soviets na Rússia, e o que passava para primeiro plano era definir a “*tradução para a realidade histórica italiana* das concepções formuladas pelo companheiro Lênin” (Gramsci, 2004a, p.408). O que induz o dirigente do PCI a retomar de modo mais amplo, nos *Cadernos*, o tema “tradutibilidade” enquanto “um critério de intervenção prática” próprio da *filosofia da práxis* (voltado à conversão recíproca entre teoria e prática) não é apenas (e significativamente) a sua experiência de luta dos anos 1917-1922, mas o saldo de derrota que dele resultou.

Não é coincidência que uma das principais referências explícitas à “tradutibilidade” na definição de “critério de arte política” seja exposta nas notas do cárcere através de uma citação autocrítica de Lênin, lembrada de memória: “Em 1921, tratando de problemas de organização, Vilitch escreveu ou disse (mais ou menos) o seguinte: *não soubemos ‘traduzir’ nas línguas europeias a nossa língua*” (Gramsci, 2011a, p.185). Certamente há uma imprecisão nesta citação que pode causar alguma confusão.¹⁸ O autor dos *Cadernos* recorda o discurso de Lênin proferido no IV Congresso da Internacional Comunista (IC) em 1922, avaliando a resolução sobre as questões organizativas dos partidos comunistas aprovada no III Congresso, no ano anterior. Enquanto representante do PCI no Comitê Executivo da IC, Gramsci participa do evento em Moscou e é provável que tenha presenciado o líder bolchevique afirmar que a aludida resolução de 1921 “é magnífica, mas é russa até a medula, quer dizer, se baseia nas condições russas. Esse é seu lado bom, mas também seu lado mal. Mal por que nenhum estrangeiro poderá lê-la”. Mais adiante, adicionava: “Não compreendemos como se deve levar nossa experiência russa aos estrangeiros” (Lênin, 1961, p.397).

É significativa essa recordação, pois lança sob a rubrica da “tradutibilidade” alguns dos principais desafios vivenciados pelo movimento comunista internacio-

17 Sobre essa “onda de revolução” e suas derrotas, ver Hobsbawm (1995), cap. 2 e Claudin (2013), cap. 2, parte I.

18 As notas da edição brasileira de Carlos Nelson Coutinho (Gramsci, 2011a) e da edição crítica da Valentino Gerratana (Gramsci, 1984) dos *Cadernos* sugerem essa imprecisão.

nal para a universalização das conquistas da Revolução de Outubro. Os mesmos colocavam no centro do debate a questão das *particularidades* histórico-concretas em que atuavam as diversas organizações orientadas pela III Internacional, as quais as definições políticas deveriam apreender teoricamente e adequar-se caso não quisessem resultar em “letra morta”. Os limites teóricos e políticos contidos nas projeções mesmas de Lênin passaram a ser objeto de uma importante autocrítica no curso da derrota dos ensaios da revolução proletária na Europa ocidental do primeiro pós-guerra.¹⁹ No seu estudo, Claudin (2013) avalia uma das principais falhas nas prospecções daquele dirigente: ele estendia ao movimento europeu, e inclusive mundial, o modelo do processo russo de fevereiro-outubro, transpondo para outras latitudes, ainda não apropriadas de modo suficiente pela investigação concreta do processo real, o mesmo curso assumido na Rússia.²⁰ “O gênio de Lênin não escapava à tentação que instiga todo chefe revolucionário vitorioso: fazer da *sua* revolução o modelo ao qual devem ajustar-se as novas revoluções” (Claudin, 2013, p.77).²¹

As notas do cárcere sugerem que as lacunas teórico-metodológicas e políticas intrínsecas naquelas primeiras experiências estivessem entre as preocupações centrais de Gramsci, porquanto este inicia a seção sobre *Tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas* com o discurso leniniano do IV Congresso. A partir do tema da “tradutibilidade” poderiam ser desenvolvidos elementos essenciais da *filosofia da práxis* que ajudassem a superar as deficiências políticas das quais eram exemplo as derrotas enfrentadas no movimento comunista, mormente aquela sobre a qual o comunista sardo dispensou com mais intensidade suas energias: os conselhos de fábrica de Turim durante o biênio vermelho (1919-1920).

Outras passagens dos *Cadernos* nos informam que o embate teórico com aquelas referidas derrotas tinha sido colocado também através de trajetórias elípticas. Pela via de uma argumentação crítica às concepções pedagógicas expressas por Antonio Labriola (e também por Gentile), parece-nos que Gramsci introduz o problema – embora em termos genéricos e alusivos – enfrentado pelas tentativas de universalização da revolução bolchevique. Nessa reflexão que abre o *Caderno II*,

19 Claudin (2013) nos mostra como o próprio Lênin, nos seus últimos trabalhos, entre 1922 e 1923, apresenta uma tendência de revisão nos seus esquemas da revolução mundial, tendo em vista o novo quadro que se desenrolava, de “resistência” do capitalismo nos países centrais, e seu notável fortalecimento em zonas vitais, como América do Norte e Japão.

20 Para uma análise detalhada das insuficiências teóricas que estavam enredadas naquelas derrotas iniciais, ver Claudin (2013), primeira parte, cap. 2.

21 Não se pode hipotetar, evidentemente, as derrotas da revolução no Ocidente estritamente às deficiências teóricas dos comunistas – e Claudin (2013) alerta para outros momentos determinantes daquela situação –, todavia Lênin (1961, p.397) estava consciente das dificuldades que aqueles limites lhes haviam imposto, além das que poderiam criar, e conclamava os dirigentes no IV Congresso: “Considero que o mais importante para todos nós, tanto para os russos como para os camaradas estrangeiros, consiste em que, depois de cinco anos de revolução russa, devemos estudar. [...] Mas cada minuto livre da atividade militar, da guerra, devemos aproveitá-lo para estudar, começando, igualmente, desde o princípio”.

o autor relembra a saída de Labriola à seguinte questão lançada por um de seus alunos: “O que o senhor faria para educar moralmente um papuano?”.²² A resposta revelara uma visão “pseudo-historicista”, próxima do “evolucionismo vulgar”: “provisoriamente eu faria dele um escravo; e essa seria a pedagogia adequada à circunstância, deixando para depois saber se, com seus netos e bisnetos, seria possível começar a usar algo da pedagogia moderna” (Labriola *apud* Gramsci, 2011a, p.86). Não obstante o tema em causa envolva o método pedagógico de Labriola, a perspectiva é equacionada, na sequência, em termos amplos:

Ao que me parece, o problema deve ser colocado historicamente de outro modo: ou seja, se uma nação ou um grupo social que atingiu um grau superior de civilização pode (e, portanto, deve) “acelerar” o processo de educação dos povos e dos grupos sociais mais atrasados, universalizando e traduzindo de modo adequado a sua nova experiência. (Gramsci, 2011a, p.86)

A querela é resolvida nos seguintes termos: um grupo social ou uma nação que atingiu um grau humano-genérico superior pode universalizar sua nova práxis histórica para aqueles que ainda não alcançaram tal patamar através de suas próprias condições, meios e forças. Entretanto, sem a perspectiva de *adequação às particularidades* em questão (aludida através da necessidade de “traduzir” “de modo adequado a sua nova experiência”), essa tentativa de universalização tende a comportar uma transposição mecânica, esquemática e abstrata. O alvo explícito da polêmica segue na direção do pensamento pedagógico de Labriola, de cuja essência se aproxima a concepção de Gentile. Ambas, como fica patente, assumindo uma direção mecânica e reacionária, seja na postulação da incapacidade de educar um papuano na pedagogia moderna, do primeiro, seja na necessidade de estabelecer o ensino religioso nas escolas primárias, declarada pelo segundo – ver Gramsci (2011a, p.85-88). Todavia, quando o argumento é reposto de um ponto de vista histórico, torna-se incontornável a remissão às lutas operárias na Itália, sobretudo durante o período de efervescência das ocupações de fábrica e as tentativas de apropriação e adaptação da experiência soviética. Desde 1919, Gramsci havia passado a investir seus esforços intelectuais e políticos na teorização e construção dos conselhos de fábrica como a forma italiana dos soviets, como base do novo poder operário na realidade do país.

Se os bolcheviques conseguiram “traduzir historicamente”, “na realidade experimental” russa, a “fórmula marxista da ditadura do proletariado”, os comunistas de Turim encontrariam nos conselhos de fábrica a “tradução para a realidade histórica italiana das concepções formuladas pelo companheiro Lênin”.²³ Todavia,

22 Os povos papuanos são formados por um conjunto de tribos (algumas isoladas) que habita a ilha da Nova Guiné, no norte da Oceania.

23 Tomamos aqui expressões utilizadas em dois artigos de Gramsci no *L'Ordine Nuovo*, ambos citados anteriormente: *Tributo à história*, junho de 1919 e *O programa de L'Ordine Nuovo*, agosto de 1920 (Gramsci, 2004a). Também no artigo homônimo, de abril de 1924, *O programa de L'Ordine Nuovo*,

frente à derrota dos conselhos de fábrica e à ascensão do fascismo, a partir de 1922, Gramsci apresentará uma autocrítica no artigo *Contra o pessimismo*, no *L'Ordine Nuovo* de março de 1924. Segundo sua avaliação, dentre os limites que envolviam a política dos fundadores do PCI (criado em janeiro de 1921 e adequado às exigências da III Internacional) encontrava-se uma precária consideração pelas particularidades da situação italiana:

nós, por uma série de razões, não partimos – para definir nossa ação – daquilo que ocorria na Itália [...] limitamo-nos a insistir em questões formais, de pura lógica, de pura coerência, e fomos derrotados, já que a maioria do proletariado organizado não nos deu razão, não nos seguiu [...].

Concluía adiante: “não soubemos traduzir em linguagem compreensível por todo operário e camponês italiano o significado de cada um dos eventos italianos dos anos 1919-1920” (Gramsci, 2004b, p.242-243).

Não nos cabe pormenorizar a política do PCI naqueles anos, as causas precisas da derrota dos conselhos e da ascensão do fascismo. Apenas importa assinalar que o curso assumido por aqueles eventos impunha a Gramsci repensar e aprofundar duas dimensões da práxis política comunista: como traduzir a “fórmula marxista” na “realidade experimental”, e como universalizar as vitórias alcançadas para outras formações sociais, sem incorrer em esquematismos ou formalismos? Tornava-se imperativo destrinchar teoricamente as condições concretas da luta de classes na Itália, incorporando a dialética das múltiplas interações de determinações socioeconômicas e ideológicas internas do capitalismo na península, a complexidade das relações internacionais condicionantes do seu desenvolvimento histórico etc., para alcançar uma intervenção sociopolítica qualitativamente superior, *orgânica* em face dos condicionamentos e exigências singulares e universais postos ao movimento socialista revolucionário.²⁴ As passagens destacadas acima sugerem que na seção da “tradutibilidade” iriam ser demarcados e determinados concretamente os fundamentos teórico-metodológicos subjacentes àquelas problemáticas.

O percurso investigativo assume conexão com (e ampla envergadura na) “teoria da unidade entre teoria e prática”, repetidas vezes colocada nos escritos do cárcere, sobretudo através da remissão à última das *Teses de Feuerbach* (Marx

dentre as razões identificadas para a ampla difusão alcançada pelos dois primeiros números dessa revista, no início de 1919, constava: “1) Em ter sabido traduzir na linguagem histórica italiana os principais postulados da doutrina e da tática da Internacional Comunista. Nos anos 1919-1920, isso significou a palavra de ordem dos conselhos de fábrica e do controle sobre a produção [...] (Gramsci, 2004b, p.247).

24 São exemplos do significado que adquiriram tais tarefas, e do rigor com que Gramsci (2004b) as enfrentava, o longo texto *A situação italiana e as tarefas do PCI* (ou *Teses de Lyon*, de janeiro de 1926), escrito com a colaboração de Palmiro Togliatti; o texto *Um exame da situação italiana* (agosto de 1926); além do importante ensaio inconcluso, redigido pouco antes da prisão, conhecido como *Alguns temas da questão meridional* (outubro de 1926).

e Engels, 2007, p.535) e a um trecho da *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, no qual Marx adverte que “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (Marx, 2010, p.151). As ramificações analíticas penetravam no estudo filosófico e histórico gramsciano a partir da seguinte via: é necessário “traduzir” historicamente, em práxis social concreta e abrangente, a concepção de mundo inerente à filosofia da práxis. A “tradução” da “teoria” para a práxis social coloca em evidência, para a primeira, diversos “elementos críticos” a serem considerados: a *particularidade* das formações sociais em causa, o caráter aproximativo das premissas e formulações teóricas, a natureza dinâmico-processual e complexa do real a ser modificado etc. Sem esses “critérios de intervenção prática”, a *filosofia da práxis* resultaria em um conjunto de abstrações formais, especulativas, lançando grandes entraves aos objetivos estratégicos assumidos.

Também no *Caderno 19* são identificadas e criticadas as posições deformadoras que manifestaram as dificuldades na atividade política dos partidos de oposição durante a unificação italiana no século XIX (e o seu teor assemelhava-se ao daquelas experiências “atuais” que eram objeto de preocupação do dirigente do PCI). No caso em questão, o paralelo histórico mais significativo era o processo revolucionário encampado pela burguesia francesa em 1789. Examinando no *Risorgimento* as debilidades do Partido da Ação no sentido de assumir uma autêntica direção nacional-popular, tal como os jacobinos da Revolução Francesa, Gramsci censura as tendências existentes que pretendiam uma transplantação mecânica de conceitos políticos franceses para as condições específicas da luta burguesa na Itália daquela época. Dessa posição, considera emblemáticas as concepções de Giuseppe Ferrari:²⁵

Mas Ferrari estava em grande parte fora da concreta realidade italiana: afrancesara-se excessivamente. Muitas vezes, seus juízos parecem mais sagazes do que realmente são, porque *ele aplicava à Itália esquemas franceses, os quais representavam situações bem mais avançadas do que as italianas*. Pode-se dizer que Ferrari se encontrava, em relação à Itália, na posição de um “pósterio” e que, num certo sentido, emitira um “juízo retrospectivo”. *Ao contrário, o político deve ser um realizador efetivo e atual*; Ferrari tão somente via que, entre a situação italiana e francesa, faltava um elo e que importava justamente inserir este elo para passar ao seguinte. *Ferrari não soube “traduzir” o francês em italiano* e, por isso, sua própria “sagacidade” se tornava um elemento de confusão, suscitava novas seitas e pequenas escolas, mas não incidia no movimento real. (Gramsci, 2002, p.68)

25 Filósofo e historiador que se impõe um autoexílio na França entre 1837 e 1859, posteriormente retornando à Itália e assumindo cargos políticos, por mais de uma década, com uma orientação liberal radicalizada.

A exigência de “ser um realizador efetivo e atual” era incontornável, não apenas para a “conversão”, por parte do “político”, das premissas teóricas em práxis efetiva, mas para a reprodução ideal da realidade sócio-histórica, ou seja, para a “tradução” da “prática” em “teoria”, para a análise concreta de situações concretas. Por isso, no *Caderno 3* (1930) *Miscelânea*, um destaque deveria ser apresentado, tratando da atividade científica e da concepção histórico-política: “Mas a realidade é rica das mais bizarras combinações e é o teórico que, nesta bizarraria, deve rastrear a comprovação de sua teoria, “traduzir” em linguagem teórica os elementos da vida histórica e não, inversamente, a realidade apresentar-se segundo um esquema abstrato” (Gramsci, 2007, p.198). A superação dos esquematismos, dos formalismos e das abstrações deformadoras estava igualmente na *ordem do dia* para a atividade teórica. E a rubrica da “tradutibilidade” certamente era um dos terrenos escolhidos, a partir dos quais seriam colmatadas as lacunas em evidência, tarefa fundamental para que a *filosofia da práxis* se torne “histórica” (Gramsci, 2011a, p.100). Com efeito, respostas eram esboçadas em diversos pontos das reflexões carcerárias: por exemplo, a dialética da relação entre teoria e prática, premissas e realidade é sintetizada com um grau maior de abstração no início do *Caderno 24* (1934) *Jornalismo*, deslindando toda a complexidade que envolve a “tradução” prática da “mediação filosófica”:

Por certo, durante a elaboração do “plano”, as premissas necessariamente se modificam, já que, se é verdade que uma certa finalidade pressupõe certas premissas, é também verdade que, *durante a elaboração real da atividade determinada, as premissas são necessariamente modificadas e transformadas, e a consciência da finalidade – ampliando-se e concretizando-se – reage sobre as premissas “adequando-as” cada vez mais.* A existência objetiva das premissas permite pensar em certas finalidades, isto é, as premissas dadas só são tais em relação com certas finalidades imagináveis como concretas. Mas, se as finalidades começam progressivamente a realizar-se, *o fato mesmo desta realização, da efetividade alcançada, modifica necessariamente as premissas iniciais, que porém não são mais [...] iniciais e, conseqüentemente, modificam-se também as finalidades imagináveis,* e assim por diante. (Gramsci, 2011b, p.198)

Finalmente, outra dimensão da “tradutibilidade” é exposta como requisito para que a “filosofia” se torne “vida”: a atividade dos intelectuais orgânicos, agentes históricos aos quais é determinada a função de “tradutores” práticos de uma concepção de mundo. Como sabemos, é imperativo que a “filosofia” se apodere da práxis social de amplas massas humanas para se tornar “vida”, “histórica”. E tal processo apenas pode ocorrer com a mediação da *atividade organizativa, diretiva, pedagógica*, encarnada na ação dos intelectuais orgânicos. Ainda em 1919, numa polêmica contra o ataque pequeno-burguês de Balbino Giuliano ao socialismo, Gramsci (2004a, p.223) insistia no seguinte, contra as tendências positivistas:

“Porque também a doutrina do materialismo histórico tem seus problemas concretos nos planos educativo e espiritual. *Porque os intelectuais do socialismo têm deveres imediatos, quando traduzem na prática a mediação filosófica*”.

A empreitada implica uma capacidade crítica de *adequar* a teoria às mediações particulares que conformam o campo complexo de causalidades postas em cada momento específico – por exemplo, nível e campo cultural dos grupos sociais nos casos concretos, as expressões particulares das contradições sociais vivenciadas pelos sujeitos históricos etc. Se uma ampla luta de hegemonia, de difusão das premissas teórico-culturais e políticas é incontornável para a construção de um movimento de massas consciente, também é inexorável que os postulados em questão jamais devam ser apresentados de forma dogmática e *ad nauseam*: “A verdade, para que se possa difundir, tem de se adequar às condições históricas (ou culturais) do grupo social em cujo seio pretende-se que ela seja difundida” (Gramsci, 2011a, p.179). Recorda Dias (2012) que no projeto de curso para a Escola interna do PCI, organizada ainda no início de 1925, Gramsci insistia:

Cada instrutor deve desenvolver-se [como] um dirigente local do partido que tenha condições de desenvolver a propaganda das nossas ideias e do nosso programa, que tenha condições de dar à Central do partido *todas as informações concretas necessárias para estabelecer um plano de agitação e de ação que tenha condições de traduzir em linguagem compreensível às massas locais as palavras de ordem do partido*. (p.95, apud Gramsci, 1988, p.113)

Já nos *Cadernos* (Gramsci, 2011a), ao intelectual orgânico é postulada essa orientação ativa de “traduzir”, “adequar” às condições históricas o objetivo estratégico da classe a qual se vincula, fazê-lo “traduzir-se em termos ‘populares’” (p.289) ou “traduzir” os “sentimentos-paixão” (p.222) sempre concretos das classes subalternas “em ideias-forças, em palavras-forças” (p.148). Enfim, assim concatenada, a questão da “tradutibilidade” se revela na sua mais fundamental pertinência histórica, como mediação filosófica para superar as relações dominantes, como instrumento teórico da autoemancipação das classes subalternas.

Considerações finais

Em todos os liames desatados a partir de nosso tema, algum dos polos seminais e indissociáveis da *práxis revolucionária* resulta de inquietações teóricas e críticas férteis. Com efeito, não é inconsequente a escolha da expressão *filosofia da práxis* como camuflagem para o “marxismo”, em parte representativa das notas da prisão. Aquela expressão propunha distinguir – seguindo as sugestões de Coelho (2005, p.183): de uma parte, a concepção de mundo cujo conteúdo se ocupa *da práxis*, tomando-a por seu objeto inarredável – donde a noção de “consciência da própria ação” ou autoconsciência crítica; de outra parte, designaria uma filosofia advinda *da práxis*, gestada na própria práxis histórica do proletariado – uma alusão à gênese

conflituosa da forma de consciência. Em síntese, nessa seara mostra-se incontornável a remissão incessante às questões afetas aos planos da *consciência* e *ação histórica* do movimento de autoemancipação dos trabalhadores, em que estava imersa, e do qual era manifestação a atividade política e intelectual de Gramsci.

Esse duplo e complementar horizonte, quando refratado pela lente da “tradutibilidade”, focalizava interesses investigativos específicos a serem circunscritos, desenvolvidos e sistematizados. *Do referencial propriamente “teórico”* decorre a possibilidade de apreender as correspondências (relativas) entre determinados complexos das superestruturas (ciências, filosofia, política, arte etc.) a partir das congruências (e interações orgânicas) estabelecidas entre as estruturas sociais ou “fase da civilização”, além da viabilidade de se discernir as equivalências relativas (e interações recíprocas) entre as atividades produtivas, políticas e ideológicas. *Do referencial fundamentalmente “prático”*, decorre a preocupação com as *particularidades* socioeconômicas e ideopolíticas das formações sociais envolvidas pelo curso do movimento comunista de caráter internacionalista, com as complexidades do desenvolvimento desigual das conquistas revolucionárias em esferas nacionais e sua articulação num contexto global de transformações radicais; e, ainda, com a importância e a natureza da atuação dos intelectuais orgânicos e suas tarefas vitais na formação das classes.

Se os materiais bibliográficos legados por Gramsci não possibilitam aprofundar respostas definitivas para algumas questões brotadas no curso do seu próprio pensamento, seguramente fornecem balizamentos fecundos, campos de investigação ainda profícuos para a tradição marxista. Nossa pretensão foi explorar algumas vias teóricas mais importantes colocadas pelo problema da “tradutibilidade”, cujos resultados não são, naturalmente, irretorquíveis. Segue sempre a tarefa de aprimorar, aprofundar e complementar os estudos existentes. Na perspectiva intransigente de contribuir com a independência ideológica e organização política dos trabalhadores.

Referências bibliográficas

- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOOTHMAN, D. *Traducibilità e processi traduttivi*. Un caso: A. Gramsci linguista. Perugia: Guerra Edizioni, 2004.
- CLAUDIN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- COELHO, E. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, UFF, 2005.
- COUTINHO, C. N. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- DIAS, E. F. *Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- ENGELS, F. As guerras camponesas na Alemanha. In: *A Revolução antes da Revolução I*. 2.ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.
- FIORI, G. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GERRATANA, Valentino. Introdução. In: GRAMSCI, Antônio. *Cuadernos de la cárcel*. 2.ed. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. Puebla: Ediciones Era, 1999 (Tomo 1).
- GÓES, Camila Massaro de. Antonio Gramsci e os Subaltern Studies: uma investigação sobre os conceitos de hegemonia e subalterno. *IV Colóquio Internacional Marx e os Marxismos*, Universidade de São Paulo, 12 a 16 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC121F.pdf>>. Acesso em: 15/1/2014.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce*. 5.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011a. v.1.
- _____. *Cadernos do cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. 6.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011b. v.2.
- _____. *Cadernos do cárcere: notas sobre o Estado e a Política*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. v.3.
- _____. *Cadernos do cárcere: O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Tradução de Luiz Sergio Henriques com a colaboração de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. v.5.
- _____. *Cadernos do cárcere: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices*. 2.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011c. v.6.
- _____. *Escritos políticos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004a. v.1.
- _____. *Escritos políticos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004b. v.2.
- _____. *Cuadernos de la cárcel*. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. Puebla: Ediciones Era, 1984 (Tomo 3).
- _____. *Cartas do cárcere*. Tradução de Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. v.2.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IVES, P. *Language and Hegemony in Gramsci*. London: Pluto Press. 2004.
- _____.; LACORTE, R.(orgs.). *Gramsci, Language, and Translation*. Lexington Books: Lanham MD, 2010.

- LACORTE, R.; SILVA, P. T.; FRANÇA, M. J.; LEITÃO, S. Sobre a “Tradutibilidade” de Gramsci e algumas transformações sociais na Itália e no Brasil. *Revista Virtual – ENCONTROS com a FILOSOFIA*, n.2, 2013. Disponível em: < http://em-fil.net/conteudo/index_002_rocco.php>. Acesso em: 15/1/2014.
- LÊNIN, V. I. *Obras escogidas*. Edições progresso: Moscou, 1961. (Tomo III).
- LEPRE, A. *O prisioneiro: vida e obra de Antonio Gramsci*. São Paulo: Record, 2001.
- LO PIPARO, F. The Linguistic Roots of Gramsci’s Non-Marxism. In: IVES, P.; LACORTE, R. (orgs.). *Gramsci, Language, and Translation*. Lexington Books: Lanham MD, p.19-28, 2010.
- _____. *A linguística e o não marxismo de Gramsci*. Tradução de Josimar Teixeira. *Site Gramsci e o Brasil*, 2008. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=941>>. Acesso em: 15/1/2014.
- _____. *Lingua, intellettuali, egemonia in Gramsci*. Roma/Bari: Laterza, 1979.
- MARTINS, M. F. *Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?*. Campinas: Autores Associados; Americana: Unisal, 2008. (Col. Educação Contemporânea.)
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *A revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____.; ENGELS, F. *Ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneide e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____.; ENGELS, F. *A sagrada família*. Tradução de Marcelo Bakes. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____.; ENGELS, Friedrich. *Sobre a literatura e a arte*. 4.ed. Lisboa, Estampa, 1974.
- MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Tradução de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PASSOS, R. D. F. dos. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, v.50, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3462>>. Acesso em: 15/1/2014.
- REIS, C. *A questão da “tradução” no pensamento gramsciano*. V Colóquio Internacional Marx & Engels, São Paulo, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao4/Claudio_Reis.pdf>. Acesso em: 15/1/2014.

Resumo

O artigo visa apreender o tratamento fornecido por Antônio Gramsci à questão da “tradutibilidade” nos seus artigos jornalísticos, escritos políticos e notas carcerárias. O autor formula e desenvolve, ainda que de modo fragmentário e aproximativo, problemas medulares da filosofia da práxis, nos planos teórico e prático. Tal sistematização é resultado de uma pesquisa bibliográfica que abrangeu, fundamentalmente, o conjunto dos *Cadernos do cárcere* e dos *Escritos pré-carcerários*. Foram consultados, ainda, estudos de intérpretes gramscianos sobre o tema referido. Os textos de Marx e Engels suscitados nos materiais em análise

demandaram também algumas considerações. O problema da “tradutibilidade” desdobra-se em duas vias, apresentando-se, ora como um “cânone de investigação histórica” próprio do marxismo, ora como um “critério de intervenção prática” inerente ao socialismo revolucionário.

Palavras-chave: tradutibilidade, filosofia da práxis, particularidade, mediação.

Abstract

The article aims to apprehend the treatment provided by Antonio Gramsci to the question of “translatability” in their newspaper articles, political writings and prison notes. The author delineates and develops – albeit fragmentary and approximately – medullary problems of the philosophy of praxis, in the theoretical and practical levels. Such sistematization is a result of a literature search covering fundamentally the whole of the *Prison notebooks* and *Pre-prison Writings*. Were also consulted studies of gramscian interpreters on the said subject. The texts of Marx and Engels raised in materials of analysis also demanded some considerations. The problem of “translatability” unfolds in two ways, presenting itself either as a “canon of historical research” of marxism, either as “criterion for practical intervention” inherent of the revolutionary socialism.

Keywords: translatability, philosophy of praxis, particularity, mediation.